

A reforma do ensino secundário

O Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou o novo currículo do ensino de segundo grau, com algumas alterações no projeto de reforma que lhe fora enviado pelo MEC em julho do ano passado. O ministério esperava que o conselho aprovasse as diretrizes de currículo, consolidando a reforma, até o final de 1997. Assim, as mudanças entrariam em vigor no início deste ano. Entretanto, o CNE pediu mais tempo; aprovado segunda-feira passada, o novo currículo só entrará em vigor em 1999. Haverá mudanças radicais. O governo quer melhorar o secundário, uma importante ponte de acesso ao mercado de trabalho num país onde apenas 11% da população de 18 a 24 anos frequenta algum curso universitário.

As mudanças não surgem à toa. Elas buscam corrigir uma situação desastrosa. Num teste aplicado em todo o País pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), em 1995, constatou-se que apenas 3,7% dos alunos da última série do secundário dominavam o currículo de matemática, e apenas 1%, o de português.

Os números do Inep, autarquia vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto (MEC), indicam a necessidade de medidas urgentes. Concluiu-se que, se os alunos não aprendem, é

porque o currículo não faz sentido para eles. Por isso, a reforma muda o feitiço acadêmico das disciplinas para tentar aproximar o ensino do cotidiano.

Até hoje, o curso secundário servia para preparar ao vestibular ou tinha caráter profissionalizante. Infelizmente, não cumpria bem nem um papel nem outro. A partir de agora, o objetivo é que ele realmente dê uma formação geral aos alunos, capacitando-os a enfrentar o mundo do trabalho desde cedo ou a continuar os estudos na universidade.

Ela institui 1.800 horas/ano de aula com um conteúdo comum a todo o País, dividido em três grandes áreas: códigos e linguagens, ciências na natureza e matemáticas, e ciências humanas. Dentro de cada área vão se encaixar as atuais disciplinas, de maneira que uma se integre à outra. Além disso, o estudante terá 600 horas de aula de matérias optativas para reforçar o conhecimento daqueles que queiram fazer vestibular ou para dar ênfase a matérias consideradas fundamentais para quem busca uma formação profissional. Nem por isso, entretanto, o ensino profissionalizante estará as-



sociado ao ensino médio. Segundo a professora Guiomar Namo de Mello, autora do texto aprovado, se as escolas desejarem dar habilitação profissional a seus alunos, poderão oferecer carga horária superior.

O ensino médio hoje é o maior desafio para a educação do País. Apesar de seus problemas, a faixa de primeira a oitava série tem apresentado resultados positivos em testes de avaliação e nos índi-

ces de reprovação e evasão. A situação é bem pior no secundário.

E tudo se complica ainda mais porque, com a melhoria das séries iniciais, nunca tantos brasileiros chegaram ao nível médio. Em 1990, foram 3,5 milhões de estudantes a entrar nesse nível de ensino. No ano passado, foram 6,4 milhões, número 82% maior. Ainda estamos muito longe de chegar a uma posição similar, por exemplo, à da Coreia do Sul, onde o secundário está universalizado, mas a tendência de crescimento do segundo grau deve se manter.

No entanto, os novos graduados de nível médio não terão chances no mercado, se o ensino continuar com os péssimos resultados de hoje.

Para ter um emprego, todos os trabalhadores precisam, cada vez mais, de flexibilidade, capacidade de adaptação, facilidade na busca de informações. O ensino médio é fundamental para preparar pessoas com essas características, desde que ele seja de qualidade.

Para oferecer uma boa educação, entretanto, será preciso mais do que reformar o currículo. O próprio MEC reconhece que a formação dos

As mudanças buscam corrigir a desastrosa situação que se observa no ensino secundário

professores também precisa melhorar. Até mesmo por conta do novo currículo, que, ao impor flexibilidade às disciplinas, torna a tarefa de lecionar ainda mais complexa.

Outro desafio é conseguir recursos. Se há mais alunos, há também mais custos, sem considerar que será preciso contratar professores para as disciplinas optativas.

A responsabilidade pela manutenção do secundário é prioritariamente dos Estados, que devem aproveitar a oportunidade da aprovação da reforma pelo CNE para refletir sobre sua situação na área educacional.